

Provisões Ambientais em Acordos Comerciais: Evolução e Tendências

ALAN MARQUES MIRANDA LEAL (*)

1 Introdução

Acordos comerciais tratam de longa data de outros temas além do comércio entre seus membros. Além de definições relacionadas à homogeneização tarifária e de barreiras não tarifárias entre seus signatários, acordos comerciais podem ser veículos para homogeneização regulatória, ao possuir em seus textos indicações e *guidelines* relacionados a alguma temática. O presente texto tem por objetivo investigar essa homogeneização regulatória advinda de acordos comerciais, no que concerne a temas ambientais específicos.

Segundo a TRENDS (MORIN; DÜR; LECHNER, 2018), o número de artigos relacionados ao meio ambiente – isto é, provisões ambientais presentes nos textos dos acordos comerciais – mais recentes tendeu a aumentar. Além disso, há um perfil de convergência no tipo de provisão ambiental presente nos acordos comerciais. Segundo Morin e Rochette (2017), há pouco mais de uma década, o modo como as provisões ambientais eram presentes nos acordos comerciais

americanos e europeus era bastante diferente. No primeiro caso, as provisões ambientais eram mais rígidas e visavam permitir que os países pudessem fazer sua política ambiental de forma relativamente isolada. No caso europeu, havia a preocupação de responsabilidades divididas, logo, o acordo era mais preciso em relação ao que se esperava de seus membros, no que concerne ao meio ambiente. Segundo Jinnah e Morin (2020), 86% dos acordos comerciais preferenciais contêm alguma provisão relacionada ao meio ambiente. Além disso, acordos comerciais com certos países podem agir como difusores de certas provisões ambientais em outros acordos comerciais. Esse seria o caso dos EUA, cujos artigos relacionados ao meio ambiente tendem a ser semelhantes nos acordos dos quais ele é signatário. Um artigo usual nos acordos comerciais preferenciais é o requerimento de que seus signatários subscrevam também a algum acordo ambiental multilateral, tal como o Acordo de Paris, por exemplo.

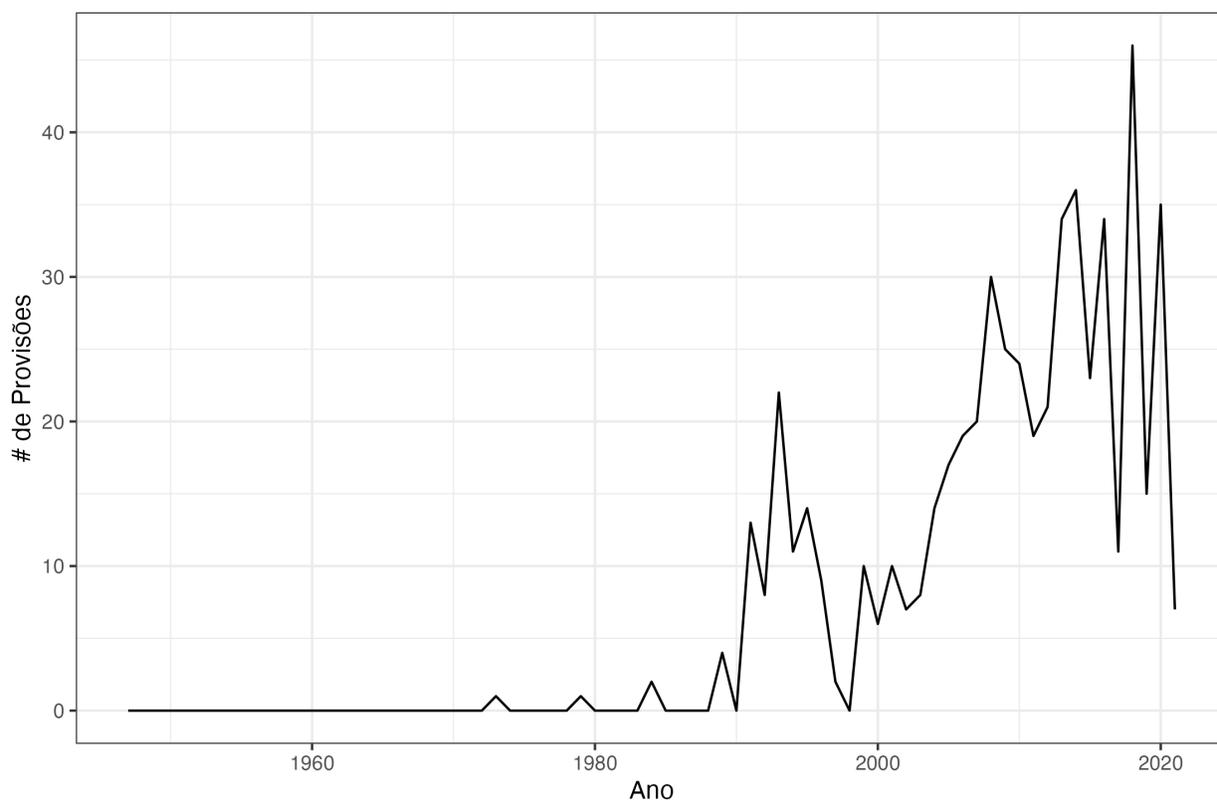
Ao mesmo tempo, as provisões ambientais presentes em acordos

comerciais podem não se alinhar às obrigações dos países frente aos seus acordos ambientais. Assim, por exemplo, Laurens, Brandi e Morin (2022) verificam que compromissos ambientais fortes nos acordos comerciais não necessariamente são seguidos por compromissos ambiciosos no Acordo de Paris, por exemplo, com as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs, em inglês).

O presente texto tem por objetivo investigar a evolução de uma seleção de provisões ambientais nos acordos comerciais modernos. Além disso, analisa-se brevemente o Capítulo (24) de Meio Ambiente do Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá (USMCA), que substituiu o NAFTA.

2 Evolução de Provisões Ambientais Selecionadas

Num primeiro momento, exibese na Figura 1 o número total de provisões ambientais, relacionadas a florestas, água, espécies ameaçadas, recursos genéticos, biodiversidade, camada de ozônio e CFC e poluição do ar.

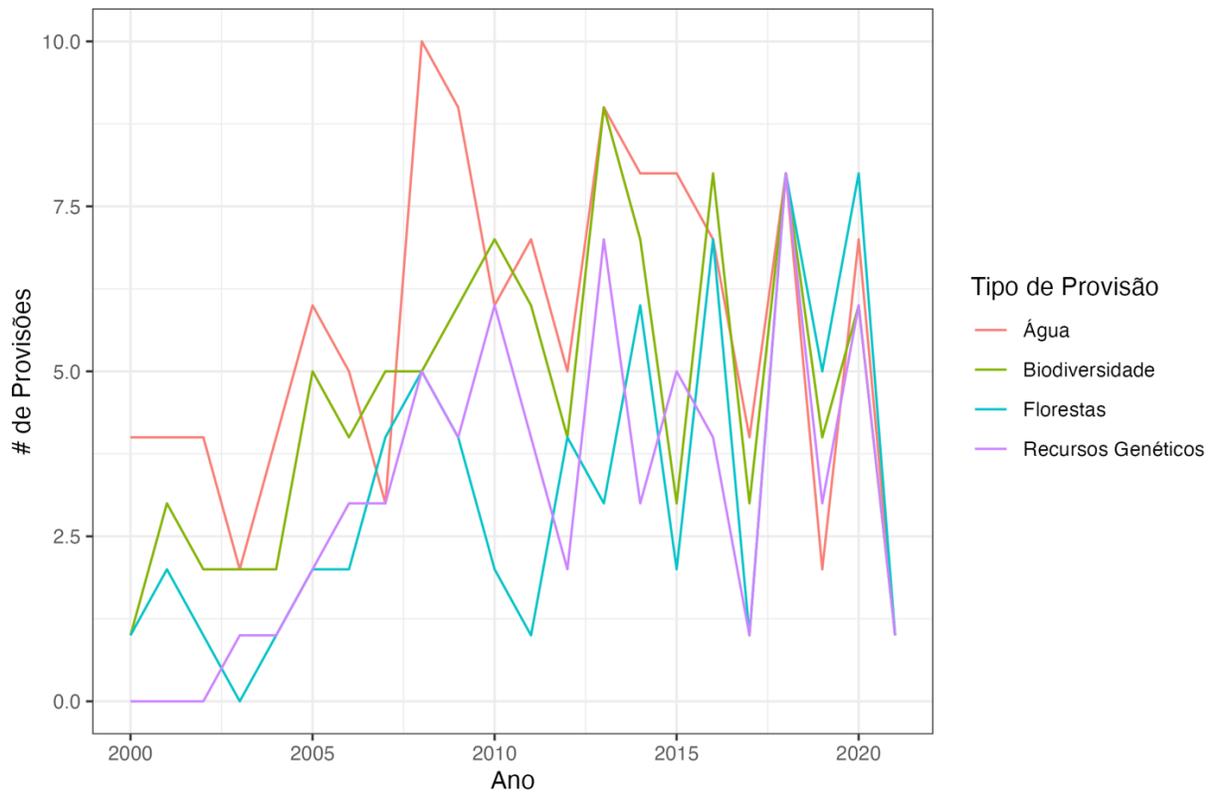
Figura 1 - Evolução de Provisões Ambientais Seleccionadas nos Acordos Comerciais

Fonte: Elaboração própria a partir de Morin, Dür e Lechner (2018).

Há uma tendência bastante pronunciada de aumento do número de provisões ambientais presentes nos acordos comerciais mais recentes. Além disso, esse número exibe comportamento de crescimento mais sólido somente após o ano de 1980. Num segundo mo-

mento, exibe-se na Figura 2 a evolução de quatro tipos seleccionados de provisões ambientais em acordos comerciais, quais sejam: água, biodiversidade, florestas e recursos genéticos.

Figura 2



Fonte: Elaboração própria a partir de Morin, Dür e Lechner (2018).

Até 2015, a frequência das provisões ambientais relacionadas à água tendeu a prover um limite superior para o número das provisões ambientais selecionadas. Contudo, mais recentemente, as quatro provisões tenderam a exibir números semelhantes. No fim do período analisado, as provisões ambientais relacionadas

a florestas tenderam a ser mais preponderantes nos acordos comerciais.

Em termos agregados, apresenta-se na Tabela 1 o número agregado de provisões ambientais para os temas selecionados:

Tabela 1 - Provisões Ambientais Presentes nos Acordos Comerciais

Tema	# de provisões presentes nos acordos comerciais
Água	152
Biodiversidade	124
Florestas	88
Recursos Genéticos	71
Poluição do Ar	57
Espécies Ameaçadas	46
Camada de Ozônio e CFC	20

Fonte: Elaboração própria a partir de Morin, Dür e Lechner (2018).

Água, biodiversidade, florestas e recursos genéticos foram os tópicos mais presentes nos acordos comerciais analisados.

3 O Capítulo (24) de Meio Ambiente: USMCA 2018

O USMCA 2018, acordo comercial entre Estados Unidos, México e Canadá (OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE, 2023) possui um capítulo dedicado ao Meio Ambiente. Nesta breve seção, descreve-se o perfil das provisões ambientais presentes nesse capítulo. O acordo menciona os sete tópicos aqui analisados (florestas, água, espécies ameaçadas, recursos genéticos, biodiversidade, camada de ozônio e CFC e poluição do ar). Adicionalmente, o acordo menciona muito explicitamente que a política ambiental, sob poder de cada país, não pode ser usada como forma de impedir comércio internacional, ou seja, o protecionismo verde¹ não é aceitável para os países-membros do Acordo USMCA.

O texto do USMCA também requer que os países cumpram as exigências de sete acordos multilaterais ambientais, tais como o CITES. Esses acordos dizem respeito à proteção de espécies ameaçadas, ao Protocolo de Montreal, à po-

lução causada por navios, à proteção de pântanos, à proteção da Antártica, à caça de baleias e ao estabelecimento de uma convenção sobre tunas. O Acordo de Paris não é mencionado como um acordo coberto pelo texto do USMCA, ou seja, o USMCA não requer que os países-membros do Acordo USMCA façam parte do Acordo de Paris e/ou trabalhem pelo seu sucesso.

4 Conclusão

O presente texto teve por objetivo caracterizar brevemente o perfil das provisões ambientais presentes nos acordos comerciais até o ano de 2022. Alguns tipos de provisões, como as relacionadas à biodiversidade, florestas e água tenderam a ser bastante recorrentes nos acordos comerciais considerados. Outra tendência relevante nesse caso diz respeito ao uso do acordo comercial como indutor de participação dos países em acordos multilaterais. Isso acontece de diversas formas, tais como indicação de participação, indicação de que a política comercial dos países-membros não pode destoar das indicações de algum acordo ambiental multilateral, dentre outras questões. Ademais, as provisões ambientais geralmente acompanham o requisito de que elas não podem ser usadas como barreiras não tarifárias,

isto é, elas não podem induzir ao protecionismo verde.

Em adição a esses pontos, aspectos de indução e difusão da política ambiental via acordo comercial ainda não são completamente entendidos. A tecnologia das provisões ambientais nos acordos comerciais entre os países é bastante variável. Algumas provisões vão aparecer constantemente nos acordos comerciais de um determinado país (Estados Unidos, e.g.). Já outros acordos terão provisões diferentes para parceiros comerciais diferentes (por exemplo, alguns países em desenvolvimento).

Referências

- JINNAH, Sikina; MORIN, Jean-Frédéric. **Greening through trade: How American trade policy is linked to environmental protection abroad**. MIT Press, 2020.
- LAURENS, Noémie; BRANDI, Clara; MORIN, Jean-Frédéric. Climate and trade policies: from silos to integration. **Climate Policy**, v. 22, n. 2, p. 248-253, 2022.
- MORIN, Jean-Frédéric; DÜR, Andreas; LECHNER, Lisa. Mapping the trade and environment nexus: Insights from a new data set. **Global Environmental Politics**, v. 18, n. 1, p. 122-139, 2018.
- MORIN, Jean-Frédéric; ROCHETTE, Myriam. Transatlantic convergence of preferential trade agreements environmental clauses. **Business and Politics**, v. 19, n. 4, p. 621-658, 2017.

OFFICE OF THE UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. **Agreement between the United States of America, the United Mexican States, and Canada Text | United States Trade Representative**. Disponível em: <https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/united-states-mexico-canada-agreement/agreement-between>. Acesso em: 18 nov. 2023.

-
- 1 O protecionismo verde consiste no uso de medidas não tarifárias contra outro país numa tentativa de barrar a importação de produtos considerados como sujos, ou seja, intensivos em emissões de CO₂ ou alguma outra métrica ambiental. Como há certa discricionariedade no que pode ser considerado sujo, essa medida pode efetivamente ser usada como uma barreira não tarifária ao comércio internacional.

() Doutorando em Teoria Econômica na FEA/USP.
(E-mail: prof@alanleal-econ.com).*